

## FAVELAS COMO OPORTUNIDADE: MERCADO, ESTADO E ASSOCIATIVISMO EM FAVELAS COM UPP NO RIO DE JANEIRO

*Jonathan Willian Bazoni da Motta*<sup>41</sup>

*Amanda Nachard*<sup>42</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca demonstrar como os grupos associativos das favelas cariocas têm se organizado em novos espaços de reivindicação (limitado), possibilitados pela Unidade de Polícia Pacificadora (UPP); como o espaço da favela se torna o foco do interesse de empresários e empresas; e qual é a forma de participação que os moradores de favelas passam a ter nesse contexto. O campo desta investigação é o Fórum Nacional, associação que se apresenta como espaço de diálogo dos setores público e privado. Foram realizadas etnografias do XXVI Fórum Nacional, que ocorreu em maio de 2014 e contou com um painel chamado “Favela é Cidade”, no qual gestores públicos prestaram contas e representantes das localidades apresentaram seus projetos de desenvolvimento local, visando obter financiamento, especialmente do BNDES.

**Palavras-chaves:** Favela; UPP; Mercado; Associativismo; Fórum Nacional

### Introdução

As favelas da cidade do Rio de Janeiro foram representadas como territórios da imoralidade, da pobreza e da violência desde que ganharam visibilidade, no início do século XX, a partir de relatos das elites que as identificaram como o problema social a ser sanado. A partir de seu mito de origem, a favela é representada por características da experiência de Canudos, na Bahia – características estas que expunham o perigo iminente na região nordeste do Brasil. O lugar de moradia como uma vontade individual; a suposta escolha do lugar da favela também como escolha pelas próprias regras, em oposição às leis nacionais; entre essas regras próprias, a coletividade do território, que geraria a noção de comunidade. Assim, esse novo mundo descoberto estaria mais próximo ao sertão, um lugar marcado pelo “atraso”, reduto das classes perigosas, marginais e vadios, mal adaptados à cidade moderna, uma espécie de “mundo rural nas cidades” (VALLADARES, 2005, p.22).

---

<sup>41</sup>Graduando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista de extensão do Núcleo de Pesquisa Urbana – CIDADES (UERJ/PPCIS). Email: Jonathan.jntn@gmail.com

<sup>42</sup>Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: amandanachard@gmail.com



A favela é, então, alvo de intervenções públicas que buscam solucionar este problema e que sofre alterações de sentido de acordo com o contexto histórico e político: a favela é problema sanitário, habitacional, de ordem pública, de segurança, moral (VALLADARES, 2005) – tais identificações não se excluem, mas convivem, se sobrepondo em diferentes momentos. Todas são permeadas pela questão central da integração entre a cidade e os moradores da favela, a quem Machado da Silva vai denominar “classe subalterna”, indicando as formas pelas quais os favelados conseguem sua participação na cidade (MACHADO DA SILVA, 1967).

Recentemente, a dimensão violenta da favela tem ganhado destaque, de forma que o problema da favela vem sendo interpretado pela ótica da segurança pública. Se tomarmos, por exemplo, a cobertura midiática nos dias atuais, é possível notar como a percepção social dominante estigmatiza os moradores. Ao noticiar quase exclusivamente eventos violentos relacionados aos territórios de favela, esses veículos produzem e também reproduzem uma imagem da favela como o lócus central da violência e, em consequência de um processo de *essencialização*, acaba por estigmatizar também as pessoas que residem nesses locais como criminosos em potencial ou, quando menos, como cúmplice do tráfico devido à proximidade territorial, tal qual a descrição que Lícia Valladares empreende sobre o processo de construção da representação social da favela e de seus moradores (VALLADARES, 2005).

Este é um processo de transferência do campo da segurança pública para o campo da moral, por exemplo. Após territorializar a violência, coloca em questão a moralidade dos favelados, baseando-se na convivência destes com o tráfico (e consequente submissão) para fundamentar a prova de sua “moralidade duvidosa”. Desta maneira, o morador passa a ser visto pela sociedade como bárbaro, não civilizado, imoral, violento e, em última instância, menos cidadão do que a população não favelada – Machado (1967) classifica esse processo como: *“cidadania de geometria variável”*. Assim, é facultado ao Estado – com o respaldo da população não favelada, que legitima as ações do poder público – abrir mão da lógica da cidadania e do direito nestes territórios, operando por meio da força e da coerção em um combate violento à ameaça representada pela favela e pelo favelado. Esta seria a metáfora da guerra (LEITE, 2012).

Neste artigo, consideraremos esta metáfora como um dos dispositivos que fornece subsídios aos discursos e práticas no campo da segurança pública atual. Procuraremos demonstrar a relevância da gramática da violência territorializada e da essencialização das favelas para o

desenvolvimento tanto da política de segurança pública quanto de políticas sociais específicas voltadas para as “margens” do Estado – no caso do Rio de Janeiro, a favela e suas populações.

No campo do associativismo, como sugere Lia Rocha (2013), a situação de estigmatização pela violência exacerbada nos territórios favelados afeta especialmente as lideranças comunitárias. Estas têm sua atuação limitada pela condição ambígua em que se encontram. A comprovação do distanciamento do tráfico aparece como pré-requisito para possibilidade de participação política legítima. As organizações não governamentais (ONG's) e as associações de moradores precisam demonstrar que estão “limpas”; que não defendem os interesses do tráfico a varejo de drogas. Contudo, em alguns momentos são requisitadas para diálogo com os criminosos em lugar do poder público – algumas vezes, a limitação ocorre por parte dos criminosos, por meio de ameaças.

As práticas de identificação que promovem representações acerca da favela não são, portanto, unilaterais. As lideranças e os moradores de favelas também produzem representações de si mesmos. Tais identificações são positivas e geralmente se relacionam a ideias valorizadas socialmente como a cultura própria da favela, a religiosidade, os modos de vida típicos da favela ou mesmo a caracterização como classe trabalhadora (BIRMAN, 2008), sendo entendidas como uma tentativa de “limpeza moral” que busca negociar suas identidades e assim legitimar sua participação (LEITE, 2012).

Com a entrada do Rio de Janeiro no cenário internacional dos megaeventos<sup>43</sup>, a segurança pública encabeça a pauta da agenda política do Estado. A necessidade de se adequar as novas regras internacionais faz com que alguns paradigmas sejam quebrados. Os métodos utilizados pelas polícias, civil e militar, do Rio: operações e incursões em favelas; é sabidamente falho. A repressão ao tráfico de drogas, nesse modelo de “metáfora da guerra”, contribui para a sensação de insegurança e para o aumento de crimes violentos, causando mortes de traficantes, polícias e moradores de favela.

### **A unidade de polícia pacificadora no contexto dos megaeventos**

---

43 Entende-se por megaeventos, principalmente, a Copa do Mundo de futebol da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.

Nesse contexto, é iniciada uma tentativa de policiamento comunitário – posteriormente chamado de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) - na favela Santa Marta, no bairro de Botafogo, no final de 2008. A continuidade desta nova modalidade de policiamento estabelece outra maneira de atuação do Estado em alguns territórios de favelas cariocas. Caracterizada pela ocupação militar armada e constante, com implantação de sedes nas localidades e correspondendo a um discurso de “retomada” dos territórios pelo poder público, há no programa da UPP uma “tentativa de inculcar [...] disposições de uma relação civilizada com a população moradora do local” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 2).

As UPPs se colocam como solução possível para o problema da violência urbana, reafirmando a dualização do Rio de Janeiro em uma “cidade partida” (MACHADO DA SILVA, 2010), tendo como objetivo primordialmente o desarmamento do tráfico e o controle do território pelo Estado, que seria consolidado por meio do combate à presença de traficantes ostensivamente armados, substituindo a guerra e a atividade de tráfico de drogas em si (BURGOS et al, 2011).

Até o presente momento de escrita deste artigo foram instaladas 38 Unidades de Polícia Pacificadora, das quais 31 estão localizadas nas zonas Sul (8) e Norte (23), enquanto o restante das Unidades se distribuem pelo Centro da cidade (3), na zona Oeste (3) e na Baixada Fluminense (1)<sup>44</sup>. As primeiras UPPs, inauguradas entre 2008 e 2010, se concentraram, sobretudo nas favelas situadas nos bairros mais valorizados na cidade, configurando então uma espécie de “cinturão” de proteção que envolve os pontos turísticos e os locais de realização das atividades nos quais ocorrerão os eventos esportivos internacionais (MACHADO DA SILVA, 2010).

O programa foi concebido pelo poder público como uma “possibilidade de integração das favelas à cidade, ao proporcionar segurança e cidadania aos seus moradores (e, desta forma, também ao conjunto de moradores do Rio de Janeiro)” (LEITE, 2012). É parte de um processo de transformação da cidade em palco de grandes eventos, necessitando para isso de uma adequação aos padrões internacionais, inclusive na questão da segurança pública. Dessa forma, o projeto passa a figurar como uma “oportunidade para aumentar o controle sobre territórios da cidade até então entregues à lei do mais forte”, como afirma Burgos et al (2011, p. 55).

O amplo apoio e cobertura midiática que as Unidades de Polícia Pacificadora vêm recebendo, como na ocupação do Alemão em 2010, têm garantido grande visibilidade e aceitação do programa, influenciando também grupos empresariais, “que participam diretamente no

---

<sup>44</sup>Informações obtidas no site: [www.upprj.com](http://www.upprj.com)

planejamento e execução desta política com diferentes ações, desde a formulação até o seu financiamento direto” (OST e FLEURY, 2013, p. 638). Para as autoras, essa articulação entre governo e empresariado pode “romper o padrão de processo decisório transparente e Participativo [...] e que deveria resultar em um Plano Diretor da Cidade democraticamente negociado” (OST e FLEURY, 2013, p. 638).

Novas maneiras de gestão da cidade do Rio de Janeiro buscam explorar suas potencialidades, e passam a tratá-la como uma mercadoria – que, para ser vendida, necessita atrair o capital (VAINER, 2011). A manutenção da representação da cidade do Rio de Janeiro como cidade “maravilhosa” – para sua entrada no ranking das cidades turísticas internacionais – perpassa, portanto, a solução da questão urbana que vinha sendo intensificada nas últimas décadas: a violência urbana, protagonizada pelas favelas cariocas. Atuando diretamente no problema da violência urbana, as Unidades de Polícia Pacificadora contribuem para atração de investimentos, promovendo uma mudança no interesse mercadológico direcionado às favelas “pacificadas” ao ajudar na construção de uma imagem menos conflituosa do Rio de Janeiro.

Ao utilizar “convênios e parcerias firmados entre segmentos do poder público, da iniciativa privada e do terceiro setor”<sup>45</sup>, o programa das UPPs caminham para operar no modelo do parceria público-privada. Entre os parceiros do projeto, estão Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a ONG VivaRio, a empreiteira Odebrecht, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o grupo EBX e a Coca-cola Brasil<sup>46</sup>.

Desta perspectiva, Carlos Vainer (2011) vai mostrar como, atualmente, o planejamento moderno, fortemente marcado por uma ação diretiva do Estado, vem sendo suplantado por um planejamento competitivo, que se pretende flexível em termos de adaptação das leis e normas, amigável ao mercado (*market friendly*), orientado pelo e para o mercado (*market oriented*). A “cidade-empresa” é, então, gerida por uma lógica mercantil, delegando a gestão pública e a resolução de conflitos à negociação entre uma “multiplicidade de interesses”, e não mais ao “interesse comum”. O Rio de Janeiro passa a contar com parcerias público-privadas (entre Estado e mercado) para resolução da questão urbana de maneira mais “eficaz”, aproveitando as

---

<sup>45</sup>Informações obtidas no site: [www.upprj.com](http://www.upprj.com)

<sup>46</sup>Informações obtidas no site: [www.upprj.com](http://www.upprj.com)

oportunidades da “melhor maneira” por meio do uso em larga escala de medidas excepcionais (VAINER, 2011).

A instalação das UPPs tem sido vista e representada como uma possibilidade de integrar a favela à cidade formal por meio da ocupação permanente dos “territórios da violência”. O aumento da sensação de segurança tanto para as favelas quanto para o “asfalto” tem propiciado uma nova configuração entre Estado, mercado e comunidade. Com políticas sociais de recuperação do salário mínimo, transferências condicionadas de renda e políticas assistenciais de saúde da família e de assistência social, o poder aquisitivo de populações mais pobres aumentou, transformando a favela num espaço de grande potencial mercantil (OST e FLEURY, 2013). As Unidades de Polícia Pacificadora possibilitam que as favelas cariocas se tornem lugares lucrativos para o mercado ao coincidir com a criação desse novo mercado consumidor.

No entanto, se a política de segurança pública criou novas possibilidades para a vida nas favelas, não apenas ignoram-se os efeitos perversos causados pela exploração econômica das favelas “pacificadas” como os mesmos são incentivados por serem vistos como inerentes ao processo. Ost e Fleury (2013) observam que “o que se verifica com a implantação das UPPs é o predomínio da lógica de mercado” (2013, p. 652), no qual “o Estado de tendência neoliberal se torna muito mais um agente do mercado do que um regulador deste, deixando de atuar no sentido da reprodução social e priorizando o capital produtivo” (2013, p. 662).

A relação entre mercado e Estado nas comunidades ocupadas gera em sua população um sentimento ambíguo. Se, por um lado, há o orgulho da formalização que propicia novos tipos de participação (melhoria nos serviços contratados, oferta de cursos de capacitação, a ampliação dos potenciais turísticos e a expansão do comércio interno), por outro, é possível observar as inseguranças dos moradores em relação à sustentabilidade da política (considerada por muitos uma política que deverá ser descontinuada após os megaeventos), o medo da remoção (por interesses mercantis ou devido à valorização imobiliária) e o efeito da formalização, que é o aumento do custo de vida. “Corre-se, pois, o risco de que esta política tenha como *trade-off* o empobrecimento da população, enquanto o governo tem como meta a redução da pobreza.” (OST & FLEURY, 2013 p. 663)

Assim, o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora seria resultado de uma “história política contraditória na qual as conquistas populares vieram acompanhadas de constrangimentos que abalaram em muito a confiança da população no Estado” (BURGOS, 2011, p. 58) em um contexto no qual as favelas foram (e ainda são) expostas as arbitrariedades e práticas violentas

tanto por ações do tráfico quanto da polícia, dificultando a tentativa de construir uma forma de policiamento comunitário nesse ambiente de desconfiança mútua (BURGOS, 2011), bem como a aceitação das populações faveladas como participantes legítimos no debate público (MACHADO DA SILVA, 2010).

### O Fórum Nacional

Como parte da investigação, ainda em fase inicial, sobre as questões levantadas acima decidimos acompanhar as atividades do Fórum Nacional. Ao participarmos do XXVI Fórum Nacional, pudemos compreender melhor algumas novas possibilidades de participação que vêm sendo elaboradas para moradores de favelas a partir da implantação das UPPs. O caso do Fórum evidencia uma oportunidade externa ao território, mas que não deixa de se colocar enquanto espaço possível para apresentação de demandas – ainda com maiores expectativas devido à participação de outros agentes que não somente os próprios moradores. Apresentaremos agora um curto relato etnográfico, produzido a quatro mãos, sobre o evento em questão.

O Fórum foi criado em 1988 “com a finalidade de oferecer propostas concretas para a modernização da sociedade brasileira”<sup>47</sup>, e a partir de 1991 encontra-se vinculado ao Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE), sua pessoa jurídica, uma associação civil sem fins lucrativos. É financiado por meio de patrocínio de grandes empresas (públicas e privadas), empreiteiras e bancos, em sua maioria – pelo menos no que diz respeito ao volume de recursos doados, já que os maiores parceiros recebem um título específico que se refere às “contribuições relevantes tanto para a entidade quanto para a modernização e o desenvolvimento do Brasil”<sup>48</sup>: os Grandes Beneméritos. Entre os patrocinadores estão: Oi, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Confederação Nacional da Indústria(CNI), Bradesco, Natura, Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Andrade Gutierrez, BBM, Klabin, Itaú, Renova Energia, Grupo ULTRA, Embraer, Gerdau, Bm&fbovespa, Safra, Icatu, Eletrobras, Light, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), Governo do Estado do Rio de Janeiro – Secretaria de cultura, FIRJAN, SEBRAE, CAIXA, Correios, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Governo Federal. Sob direção do ex-Ministro do Planejamento entre os anos

---

<sup>47</sup><http://forumnacional.org.br/sec.php?s=240&i=pt>

<sup>48</sup><http://forumnacional.org.br/sec.php?s=200&i=pt>



1969 e 1979, durante os governos militares de Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, João Paulo dos Reis Velloso, o Fórum conta ainda com um Conselho Diretor – do qual o presidente Velloso é também superintendente-geral e secretário executivo.

Nosso contato inicial com o Fórum se deu por meio da análise de seu material documental, encontrado on-line. O acervo é dividido em duas categorias: a) Publicações; b) Estudos e Pesquisas. Neste acervo, é possível encontrar alguns trabalhos produzidos a partir dos encontros realizados pelo Fórum Nacional. Era de se esperar um forte caráter desenvolvimentista, já que é essa a proposta do Fórum como dito em sua descrição, e esse caráter ficou evidente por meio de títulos como o do próprio livro lançado no dia 14 de maio de 2014, “Favela é Cidade – Plano de Desenvolvimento de Favelas para sua inclusão socioeconômica”. A partir da observação dos títulos conferidos às publicações, é possível notar que os anos de 1993 e 1994 contam com publicações como “Pobreza e Mobilidade Social” (1993); “Governabilidade, Sistema Político e Violência urbana” (1994) e “Modernidade e Pobreza” (1994) que estão indissociáveis do seu contexto histórico, político, econômico e social. Da mesma maneira, é a partir do ano de 2007 que a palavra “Favela” passa a aparecer em títulos do Fórum Nacional, com a publicação “A Hora e a Vez do Rio de Janeiro e o Novo Governo – Desenvolvimento, Segurança e Favelas”, que tem Sergio Cabral como um de seus autores, tendo sido este o ano em que o político foi eleito para o governo do Rio de Janeiro e também o ano que precedeu a atual política de segurança pública, baseada nas Unidades de Polícia Pacificadora.

O XXVI Fórum Nacional, que ocorreu em maio de 2014, informou ao público que existe uma rota para o desenvolvimento, e o Brasil ainda não está nela, pois “para desacorrentá-lo e superar a armadilha [do Baixo Crescimento], passando a crescer rapidamente e aproveitar Grandes Oportunidades, é preciso ter Visão Estratégica, novos caminhos para as Políticas Macroeconômicas, Salto na Competitividade Internacional, principalmente na Área Industrial, e outros impulsos: Economia do Conhecimento, Tecnologia e Inovação, Terceira Revolução Industrial.”<sup>49</sup> Assim é grafada e apresentada a ideia que norteia o evento: com letras maiúsculas para as iniciais de cada um de seus valores fundamentais e, ainda, sem deixar de apresentar a tão falada “Visão Estratégica” como a solução para o discurso recorrente de dependência e atraso brasileiro.

---

<sup>49</sup>Em <http://forumnacional.org.br/sec.php?s=110&i=pt>



Visão Estratégica essa que é compreendida, nos termos do programa obtido<sup>50</sup>, como “posicionar, guiar e coordenar a livre, espontânea Criatividade das Instituições e indivíduos, abrindo espaço para suas qualidades, diferenças, experiência, tradições, esperanças e, mesmo (quando não desprovidos de espírito cooperativo), preconceitos”. Ou seja, este ideal é resgatado para fundamentar uma ideia de planejamento específico, que deixaria de planejar e coordenar e passaria a facilitar a livre iniciativa das Instituições e dos indivíduos, deixando as questões sociais serem solucionadas por meio da espontaneidade dos atores, como numa lógica de mercado.

Acompanhamos a Mesa “Favela é Cidade”, no qual o Fórum Nacional propunha certo tipo de diálogo entre representantes de órgãos oficiais, lideranças comunitárias e moradores das favelas da Rocinha, Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, Borel, Manguinhos, Complexo do Jacarezinho, Complexo do Alemão, Cidade de Deus, Turano, Salgueiro e Formiga sobre os projetos para suas favelas – todas com UPP. Entre os representantes oficiais estavam Ruth Juberg, da Empresa de Obras Públicas (EMOP) do governo do Estado do Rio de Janeiro; Eduarda LaRoque, do Instituto Pereira Passos (IPP), prefeitura do Rio de Janeiro; Guilherme Lacerda, do BNDES; Marília Pastuk e João Velloso, do Fórum Nacional. O público, bem diversificado, contava com veículos de comunicação, acadêmicos, moradores de favelas e integrantes do terceiro setor.

As falas que deram início ao Fórum foram divididas e classificadas por nós da seguinte maneira: a) as instituições participantes que inauguraram o evento; b) as lideranças comunitárias que participaram do livro *favela é cidade*, cujas falas tomaram lugar após os representantes institucionais; e por fim, c) os moradores selecionados entre as favelas convidadas.

As falas institucionais tiveram início com o presidente do Fórum Nacional, João Paulo dos Reis Velloso, que, em um pronunciamento curto, reforçou que o trabalho de inclusão realizado pelo Fórum “transforma a cidade e com isso a favela passa a ser cidade e não mais um *gueto medieval*”. Na segunda fala, a socióloga Marília Pastuk adotou a ótica do planejamento para melhor integração da favela à cidade, ao defender a luta,

“contra a cidade como mercadoria e preconceitos que estigmatizaram certos grupos sociais relacionando-se a determinadas áreas, como as favelas e as periferias. [...] acabar com a favela como espaço de carência, como espaço da não-cidade. E pensar na favela como espaço de potência, como espaço que cria identidade pra a própria cidade”(DIÁRIO DE CAMPO).

---

<sup>50</sup>Em <http://forumnacional.org.br/sec.php?s=110&i=pt>

Os demais participantes – Ruth Juberg, Eduarda LaRoque, Guilherme Lacerda - optaram por um discurso mais técnico e burocrático, enfatizando dificuldades inerentes à elaboração e financiamento dos projetos (pleiteados pelas lideranças e moradores de favelas presentes), aclamando uma capacidade de trabalho conjunto e uma necessidade de participação dos moradores.

Em seguida, as lideranças comunitárias deram início as suas falas, muitas das quais podem ser complementadas pela leitura de sua participação no livro anteriormente citado. Há uma congruência entre as falas das lideranças. Em geral, as lideranças reconheceram a importância da participação e da união para a realização de propostas e projetos sociais. Relataram também suas experiências na participação do livro *favela é cidade*. Também puderam ser percebidas tímidas reclamações sobre as dinâmicas de participação no dia-a-dia das comunidades, quando estas se relacionam com as instituições de fomento, mas nada que pudesse qualificar um caráter reivindicatório incisivo por partes destas lideranças.

Por fim, os moradores foram chamados a participar por meio da apresentação de projetos elaborados visando obter financiamento. Isso ocorreu em algumas falas; outras declararam apoio às instituições presentes e empreenderam uma crítica aos favelados mesmos, reproduzindo o discurso do desinteresse; e outras produziram um ambiente de críticas (veladas ou diretas) às condições de sua participação, bem como aos resultados ineficazes desta dinâmica. O que nos chamou atenção, mais que o conteúdo em si, foi às formas como efetivamente os sujeitos favelados resolveram participar do evento. As divergências entre os “discursos oficiais” (assim chamamos àqueles referentes à organização ou às Instituições, que claramente representam a parte que detém a fala legitimada neste evento) e os discursos das populações já eram esperadas, mas uma participação tão diversa por parte dos moradores de favelas evidenciou que este é, também, um campo de disputa interna.

A parte do evento que mais nos chamou atenção foi a fala da liderança comunitária do Borel. Sara Graziela, representante local, utilizou seu tempo para proferir uma crítica direta à burocratização, à ineficiência do BNDES e à mercantilização da favela e dos direitos dos seus moradores. Nas palavras da Sara Graziela:

[...] eu penso no processo que temos passado aqui no Fórum, cinco anos de discussões sobre o plano de desenvolvimento das favelas, a inclusão social, econômica e cultural das favelas. E aí? A gente fica pensando: será que vale realmente a pena continuar toda essa

discussão? Porque nós ouvimos sempre “existem avanços”, mas pra quem tem fome, esses avanços estão demorando demais. (...) E aí quando o governo entra exigem da gente projetos estruturantes sustentáveis, quando o governo entra com seus projetos dentro da comunidade são projetos que são falidos, que nunca chegam até o final, que só servem pra lavar dinheiro público.

Essa fala demonstra uma ruptura do “protocolo” tacitamente acordado para a realização do evento. A posterior tentativa da organização de contornar o problema e desencorajar outras lideranças a realizar sua fala com um caráter reivindicatório ao invés de apresentar os projetos, pôde ser percebida nas palavras de Reis Velloso:

(...) nós não estamos aqui para apoiar as lideranças de favelas numa *tentativa de suicídio*. O que nós queremos é apresentar projetos e apoiar projetos que possam ser financiados pelo BNDES, pela Caixa Econômica, por instituições privadas, por fundações. Porque realmente o que nós queremos é que a favela tenha tanta oportunidade como os outros bairros da cidade.

Após essa declaração, o presidente do Fórum foi aplaudido por uma parte do público presente. No entanto, a situação de confronto nos fornece evidências de que as contradições do evento, enquanto espaço de participação na cidade, não passam despercebidas pelos sujeitos. O enfraquecimento interno e externo das associações de moradores promoveu uma ligação de seus membros com projetos sociais que passaram a atuar em tais áreas (MACHADO DA SILVA, 2010), oferecendo, majoritariamente, cursos de capacitação dos moradores, em um discurso de “salvação” destes frente ao risco do ambiente em que vivem.

Muitos dos projetos submetidos à avaliação dos órgãos financiadores presentes no Fórum estão ainda relacionados à questão da capacitação para o mercado de trabalho. Embora tais projetos sejam produzidos por lideranças e moradores das favelas convidadas, é importante ressaltar – como os mesmos fizeram muitas vezes no decorrer do evento – que eles não são representativos de todos os moradores das favelas. É, portanto, possível supor que os projetos que são apresentados no Fórum não reflitam a totalidade de interesses, podendo haver divergências internas em cada comunidade. Ainda, a adequação dos projetos aos interesses das empresas privadas – e não às demandas reais das comunidades – é requisito essencial para obtenção de financiamento. Para exemplificar, Ost e Fleury (2013), ao estudarem os impactos da pacificação na favela Santa Marta, observaram o reconhecimento da importância aos projetos sociais de capacitação, mas também encontraram críticas a esse tipo de projeto, que não contribuiria para minimizar o estigma de favelado e, além disso, serviria mais como uma limitação

aos subempregos, sendo reconhecido como estratégia para manter tais trabalhadores nos lugares que o mercado lhes oferece, não atendendo às reais demandas sociais da população favelada.

Dessa forma, podemos concluir que o Fórum Nacional foi crucial para observarmos a estrita relação que o mercado guarda, atualmente, com a obtenção de cidadania. Isto é, no contexto de gestão empresarial da cidade, há uma lógica mercantil que rege o atendimento às demandas das populações mais pobres, dentre essas demandas o acesso a bens e serviços e, em alguns casos, até mesmo direitos. A dinâmica proposta pelo Fórum, ao possibilitar uma competição interna pelo financiamento, além de fragmentar ainda mais a mobilização e a participação de tais populações, evidencia a aplicação dessa lógica mercantil no que se refere ao campo social. Algumas propostas, por exemplo, de constituição de cooperativas voltadas à capacitação para o mercado de trabalho, corroboram as tentativas de inserção a partir do mercado de trabalho, já que esta é uma inserção que parece ser usada para legitimar o favelado enquanto cidadão, adquirindo um caráter de “limpeza moral” que os qualifica perante o restante da sociedade.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BIRMAN, Patricia. “Favela é comunidade ?” In : MACHADO DA SILVA, L.A (org.) Vida sob cerco : violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro . Rio de Janeiro, FAPERJ/Nova Fronteira, 2008. pp. 99-114.
- BURGOS, M. B.; PEREIRA, L.F.A.; CAVALCANTI, M.; BRUM, M.; AMOROSO, M. O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, nº 11, ago/dez, 2011, pp. 49-98.
- LEITE, Márcia Pereira . Da metáfora da guerra ao projeto de pacificação : favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, p. 374, 2012.
- MACHADO DA SILVA, L, A. A política na favela. *Cadernos brasileiros*, ano IX, n. 41, mai-jun. de 1967, p. 35-47.
- \_\_\_\_\_. Afinal, qual é a das UPPs?. *Observatório das Metrôpoles*, 2010.
- OST, Sabrina.; FLEUTY, Sonia. O Mercado Sobe o Morro. A Cidadania Desce? Efeitos Socioeconômicos da Pacificação no Santa Marta. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, nº3, 2013, pp. 635 a 671.
- ROCHA, Lia de Mattos. Uma favela “diferente das outras”? Rotina, silenciamento e ação coletiva na Favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Quartet, 2013.
- VAINER, Carlos. Cidade de Exceção: Reflexões a Partir do Rio de Janeiro. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro. Maio de 2011.
- VALLADARES, L. P. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.